



REQUERIMENTO Número /XIII (.ª)

PERGUNTA Número /XIII (.ª)

Assunto: Intervenção das autoridades de saúde para avaliar e minimizar o impacto do incêndio que continua a lavrar no subsolo nas escombreyras das antigas minas do Pejão, em Pedorido, concelho de Castelo de Paiva

Destinatário: Ministério da Saúde

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O subsolo e os resíduos das escombreyras das antigas minas do Pejão, em Pedorido, concelho de Castelo de Paiva, estão em combustão há mais de 1 ano.

De facto, desde os incêndios de outubro de 2017 que nesta zona continua a lavrar um incêndio subterrâneo que vai consumindo resíduos de carvão. São cerca de 180 mil metros cúbicos de material em combustão, com vários metros de profundidade e a temperaturas que atingem, e em alguns casos ultrapassam os 700 graus centígrados.

Esta situação merece preocupação. Em primeiro lugar porque a emissão de gases e a dispersão de cinzas provenientes da combustão pode ter impactos na saúde da população, em especial daquela que vive mais próximo da zona das antigas escombreyras onde lavra o incêndio. Em segundo lugar porque se o incêndio não for dominado pode atingir dimensões de catástrofe uma vez que existem na zona veios de carvão que se forem atingidos entrarão também em combustão.

O Bloco de Esquerda esteve no local em dezembro passado e registou a enorme preocupação da população, bem como a necessidade de reforçar os meios no terreno para permitir uma extinção do incêndio mais célere.

A EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. necessita de, pelo menos, duplicar os meios no terreno. Isso mesmo foi dito por parte de engenheiros desta empresa pública que está à frente dos trabalhos para a extinção deste incêndio. É necessário que se esclareça ainda o porquê de a EDM não ter feito atuado neste local logo a seguir aos incêndios de dia 15 de outubro de 2017, deixando assim o local em combustão durante cerca de 1 ano até ter iniciado a sua intervenção.

Para além disso, é necessário que também as autoridades de saúde pública intervenham nesta situação, avaliando os possíveis impactos para a saúde da população e adotando medidas para que esses impactos sejam minimizados.

Na altura em que o Bloco de Esquerda visitou o local as autoridades de saúde ainda não tinham sido envolvidas



e não tinha sido dada qualquer informação à população sobre medidas a tomar para a autoproteção, por exemplo.

O Bloco de Esquerda considera que, em nome da proteção das populações, em nome da proteção do ambiente e de forma a prevenir uma catástrofe ainda maior, é necessário o reforço imediato de meios no terreno e o envolvimento das autoridades de saúde.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes perguntas:

1. Que informação, nomeadamente sobre medições de emissões de gases, dispersão de partículas e de cinzas, foi enviada para as autoridades de saúde competentes para avaliar do impacto desta situação na saúde das populações?
2. As autoridades de saúde foram envolvidas nesta situação, de forma a elaborar medidas de minimização dos impactos na população e medidas de proteção e autoproteção das populações?
3. Por que razão, pelo menos até meados de dezembro, as autoridades de saúde ainda não tinham tido qualquer envolvimento numa situação que pode ter impactos na saúde pública?
4. Qual é o atual envolvimento das autoridades de saúde?

Palácio de São Bento, 4 de janeiro de 2019

**O deputado
Moisés Ferreira**